

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.590.457 - RS (2019/0287370-1)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : **MARCOS ANTONIO BELMUDE NASCIMENTO**
ADVOGADOS : **TIAGO SANGIOGO E OUTRO(S) - RS072814**
 PAULA ESCOBAR RILLO - RS078766
AGRAVADO : **BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A**
ADVOGADO : **ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA E OUTRO(S) - RS030820**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. PROCESSO DE CONHECIMENTO. PEDIDO REVISIONAL.

AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. Apelo não conhecido quanto ao tópico. Cláusula e encargo não pactuado no caso concreto. Tarifa bancária TAC e TEC.

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E PEDIDO REVISIONAL. O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras, nos termos da Súmula nº 297 do STJ e art. 3º, §2º do CDC. É possível o pedido de revisão das cláusulas contratuais, com fundamento no art. 6º, V e art. 51, IV, ambos do CDC. A aplicação do CDC e a possibilidade do pedido revisional não asseguram a procedência dos pedidos formulados pelo consumidor.

JUROS REMUNERATÓRIOS. Tese Paradigma. Recurso Especial nº 1.061.530/RS. É admitida a revisão da taxa de juros remuneratórios quando a abusividade fique cabalmente demonstrada. Caso concreto. Percentual que não discrepa substancialmente da taxa média de mercado do período. Inexistência de abusividade.

CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS. Constitucionalidade do art. 5º da Medida Provisória nº 2.170. Recurso Extraordinário nº 592.377. Repercussão Geral. Tema 33. As entidades integrantes do Sistema Financeiro Nacional estão sujeitas ao art. 5º da Medida Provisória nº 2.170, que autoriza a capitalização dos juros em periodicidade inferior a anual. Prevalência da Lei Especial em detrimento do art. 591 do Código Civil. Art. 28, parágrafo 1º, inciso I, da Lei nº 10.931/04. Súmula 539 do STJ. Forma de contratação. Tese Paradigma. Recurso Especial nº 973.827/RS. A capitalização pode ser demonstrada pela redação das cláusulas convencionadas ou quando a taxa anual dos

juros é superior ao duodécuplo da taxa mensal. Súmula nº 541 do STJ. Caso concreto. Capitalização contratada. Mantida a forma de composição das parcelas na forma contratada. DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. Tese Paradigma. Recurso Especial nº 1.061.530/RS. A constatação de encargos abusivos durante o período da normalidade afasta a caracterização da mora. Caso concreto. Encargos da normalidade mantidos conforme contratados. Inexistência de motivo que justifique o afastamento da mora.

TARIFA DE CADASTRO. Tese Paradigma. Recurso Especial nº 1.251.331/RS e nº 1.255.573/RS. Súmulas 565 e 566 do STJ. Resolução nº 3.518/07 do Conselho Monetário Nacional. É válida a Tarifa de Cadastro expressamente tipificada em ato normativo, a qual somente pode ser cobrada no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira. Caso concreto. Mantida a validade da cobrança.

TARIFA DE AVALIAÇÃO DO BEM DADO EM GARANTIA. Tese Paradigma Recurso Especial nº 1.578.553 -SP. O art. 5º, VI, da Resolução 3.919/10, permite que a instituição financeira repasse ao consumidor/contratante o custo pelo serviço de avaliação do bem entregue em garantia do financiamento, desde que comprovado a efetiva prestação do serviço e que o valor não represente excessivamente oneroso. Caso concreto. Não demonstrada a realização do serviço. Caracterizada a ilegalidade da cobrança.

COMPENSAÇÃO E/OU DEVOLUÇÃO DE VALORES. A alteração de encargo incidente sobre o valor contratado justifica o deferimento do pedido de compensação e, caso quitado o débito, a devolução dos valores pagos a maior, na forma simples. Ante incerteza momentânea sobre a liquidez do crédito oriundo do contrato é inviável a afirmação de cobrança de dívida já paga por má-fé. Inocorrência das hipóteses previstas no art. 940 do Código Civil e art. 42 do Código de Defesa do Consumidor. Indeferida a tutela provisória de urgência.

ÔNUS SUCUMBENCIAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Decaimento mínimo da Instituição Financeira. Condenação do consumidor/vencido aos ônus sucumbenciais. Majorado o valor dos honorários advocatícios estabelecidos na sentença.

APELO CONHECIDO EM PARTE E, NA PARTE CONHECIDA, PARCIALMENTE PROVIDO.

Nas razões do recurso especial, a parte ora agravante alega ausência de pactuação expressa apta a permitir a incidência da capitalização anual de juros, bem como necessidade de fixação da taxa de juros remuneratórios com base na taxa média de mercado, eis que abusiva.

Fundamenta, ainda, que deve ser descaracterizada a mora ante as ilegalidades presentes no contrato.

A parte contrária apresentou contrarrazões (e-STJ, fls. 441/461).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

No que concerne à capitalização de juros, a Segunda Seção deste Superior Tribunal de Justiça consolidou, nos moldes do art. 543-C do CPC/1973 (art. 1.036 do CPC/2015), o seguinte entendimento (Tema 246):

CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. AÇÕES REVISIONAL E DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM DEPÓSITO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. JUROS COMPOSTOS. DECRETO 22.626/1933 MEDIDA PROVISÓRIA 2.170-36/2001. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. MORA. CARACTERIZAÇÃO.

1. A capitalização de juros vedada pelo Decreto 22.626/1933 (Lei de Usura) em intervalo inferior a um ano e permitida pela Medida Provisória 2.170-36/2001, desde que expressamente pactuada, tem por pressuposto a circunstância de os juros devidos e já vencidos serem, periodicamente, incorporados ao valor principal. Os juros não pagos são incorporados ao capital e sobre eles passam a incidir novos juros.

2. Por outro lado, há os conceitos abstratos, de matemática financeira, de "taxa de juros simples" e "taxa de juros compostos", métodos usados na formação da taxa de juros contratada, prévios ao início do cumprimento do contrato. A mera circunstância de estar pactuada

taxa efetiva e taxa nominal de juros não implica capitalização de juros, mas apenas processo de formação da taxa de juros pelo método composto, o que não é proibido pelo Decreto 22.626/1933.

3. Teses para os efeitos do art. 543-C do CPC:

- "É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada."

- **"A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada".**

4. Segundo o entendimento pacificado na 2ª Seção, a comissão de permanência não pode ser cumulada com quaisquer outros encargos remuneratórios ou moratórios.

5. É lícita a cobrança dos encargos da mora quando caracterizado o estado de inadimplência, que decorre da falta de demonstração da abusividade das cláusulas contratuais questionadas.

6. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, provido. (REsp 973.827/RS, SEGUNDA SEÇÃO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, julgamento 8.8.2012, DJe 24.9.2012 - grifo nosso).

Na espécie, a Corte local decidiu em conformidade com a orientação do STJ ao permitir a cobrança da capitalização de juros em razão da sua pactuação expressa, nos seguintes termos (e-STJ, fls. 282/283):

Assim, do cotejo das várias manifestações da Instância Superior sobre o tema, deriva a conclusão que em se tratando de contratos de empréstimo/financiamento bancário, a verificação da legalidade de composição das parcelas pode se dar através da expressa previsão de contratação da capitalização (em qualquer periodicidade) ou pela demonstração clara de aplicação de juros compostos, que se dá pela conferência da taxa de juros anual superior a doze vezes a taxa mensal.

Na hipótese dos autos, a informação de que a taxa de juros remuneratórios anual é superior ao duodécuplo da taxa de juros mensal, autoriza a manutenção da forma de composição das parcelas contratadas, nos termos das Súmulas nº 539 e nº 541 do STJ.

Assim, no caso concreto, vai mantida a forma de capitalização nos termos em que contratada.

Relativamente aos juros remuneratórios, ressalto que o assunto já foi objeto de julgamento por esta Corte Superior, dando origem ao Tema 27, onde a Segunda Seção consolidou o seguinte entendimento: *É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada (art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto.*

Transcrevo trecho da ementa relativa ao julgado:

I - JULGAMENTO DAS QUESTÕES IDÊNTICAS QUE CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE. ORIENTAÇÃO 1 - JUROS REMUNERATÓRIOS

a) As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF;

b) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade;

c) São inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02;

d) É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada – art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto.

[...]

(REsp 1061530/RS, SEGUNDA SEÇÃO, Min. Relatora Nancy Andriahi, julgamento 22.10.2008, DJe 10.3.2009).

A redução da taxa de juros aplicada, para taxa média de mercado, depende do reconhecimento de sua abusividade, considerando a discrepância em relação à taxa média de mercado à época da contratação, o que não ocorre no caso dos autos, conforme se depreende da passagem do acórdão recorrido, abaixo reproduzida (e-STJ, fls. 277/278):

O contrato juntado à(s) fl(s). 105/111, objeto do pedido revisional, foi firmado em 10/2011, onde se verifica que as partes ajustaram a

incidência da taxa de juros remuneratórios de 2,16% ao mês e de 29,16% ao ano sobre o valor financiado.

No site do Banco Central do Brasil se extrai a informação que na data da assinatura do contrato a taxa média de mercado para esta modalidade de crédito era de 26,20% ao ano.

Diante dessa realidade, verifica-se que a taxa de juros remuneratórios incidentes no caso concreto não discrepa substancialmente da taxa de média de mercado do período.

No ponto, importante considerar que, como média, não se pode exigir que todos os contratos necessariamente sejam firmados segundo essa taxa, pois caso ocorresse, deixaria de ser uma taxa média para ser índice fixo.

Assim, na ausência de um parâmetro objetivo como "faixa razoável" para a variação taxa de juros remuneratórios acima da média de mercado, passei a adotar o critério que somente é possível a revisão quando demonstrado cabalmente a excessividade da cobrança de juros por parte da instituição financeira.

Conforme exposto, a revisão da conclusão adotada na origem, acerca da ausência de abusividade da taxa aplicada, não comporta reexame na presente via, por demandar necessário reexame de cláusulas contratuais, fatos e provas, medida que encontra veto nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO REVISIONAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. JUROS REMUNERATÓRIOS RECONHECIDOS COMO ABUSIVOS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a cobrança abusiva (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada art. 51, § 1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante as peculiaridades do caso concreto.
2. O Tribunal de origem, examinando o contrato e as demais circunstâncias do caso concreto, afirmou que a taxa cobrada (55,725% ao ano) discrepava substancialmente da taxa média de mercado (19,75% ao ano). A modificação desse entendimento

demanda o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos e a interpretação de cláusulas contratuais, o que é inviável em sede de recurso especial (Súmulas 5 e 7 do STJ).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.344.595/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, Dje 26.10.2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO.
JUROS REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE.
CONSTATAÇÃO NA ORIGEM. MATÉRIA
FÁTICO-PROBATÓRIA. REEXAME. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ.

1. As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios que foi estipulada pela Lei de Usura (Decreto nº 22.626/1933), em consonância com a Súmula nº 596/STF, sendo também inaplicável o disposto no art. 591, c/c o art. 406, do Código Civil para esse fim, salvo nas hipóteses previstas em legislação específica.

2. A redução dos juros dependerá de comprovação da onerosidade excessiva - capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - em cada caso concreto, tendo como parâmetro a taxa média de mercado para as operações equivalentes, de modo que a simples estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% (doze por cento) ao ano, por si só, não indica abusividade, nos termos da Súmula nº 382/STJ (REsp nº 1.061.530/RS) - hipótese em que, constatada a cobrança de taxa abusiva, o tribunal de origem a limitou à média de mercado apurada pelo Banco Central.

3. Alterar tal conclusão exigiria o reexame de provas e reanálise de cláusulas contratuais, inviáveis no âmbito do recurso especial.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.101.337/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BOAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe, 28.9.2017)

Ademais, uma vez afastada a abusividade da cobrança dos encargos contratuais no período da normalidade, não há que se falar em descaracterização da mora, estando o acórdão em conformidade com entendimento firmado em julgamento repetitivo - Tema 28.

Transcrevo ementa do julgado:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONFIGURAÇÃO DA MORA. JUROS MORATÓRIOS. INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO.

[...]

I - JULGAMENTO DAS QUESTÕES IDÊNTICAS QUE CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE.

[...]

ORIENTAÇÃO 2 - CONFIGURAÇÃO DA MORA

a) O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descarateriza a mora;

b) Não descaracteriza a mora o ajuizamento isolado de ação revisional, nem mesmo quando o reconhecimento de abusividade incidir sobre os encargos inerentes ao período de inadimplência contratual.

[...]

(REsp 1.061.530/RS, Relatora Ministra Nancy Andrichi, Segunda Seção, Julgamento 10.3.2009 - grifo nosso).

Ressalto, por fim, que a aplicação do óbice descrito na Súmula 7/STJ prejudica o exame do dissídio jurisprudencial quanto ao ponto.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO.

1. Execução de título extrajudicial.
2. Ausentes os vícios do art. 535 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.
3. Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à

inexistência de outros bens passíveis de constrição, bem como no que tange ao preenchimento dos requisitos necessários à determinação de penhora sobre faturamento, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

4. A incidência da Súmula 7 desta Corte, acerca do tema que se supõe divergente, também impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do permissivo constitucional. Precedentes do STJ.

5. Agravo não provido.

(AgInt no AREsp 887.748/RS, Rel. Ministro NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 21.8.2018, DJe 23.8.2018)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo e os benefícios da gratuidade judiciária concedida.

Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora